

Lusíada



Repositório das Universidades Lusíada

Universidades Lusíada

Rodrigues, Eduardo Luís Barreto Ferro, 1949-

Intervenção de abertura

<http://hdl.handle.net/11067/4008>

Metadados

Data de Publicação	1997
Palavras Chave	Rendimento mínimo garantido - Portugal, Pobreza - Política governamental - Portugal, Integração social - Portugal
Tipo	article
Revisão de Pares	no
Coleções	[ULL-ISSSL] IS, n. 15-16 (1997)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-04-23T06:06:06Z com informação proveniente do Repositório

INTERVENÇÃO DE ABERTURA

Ferro Rodrigues *

Meus senhores e senhoras,

É com muito gosto que volto a estar presente numa iniciativa do Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa sobre o rendimento mínimo garantido.

Com efeito, esta instituição tem acompanhado de perto os debates que a medida suscitou na sociedade portuguesa, e é com a maior simpatia que verifico que, após ter lançado um primeiro debate, numa altura em que ainda se definiam os contornos da medida, o Instituto organiza agora uma nova jornada de reflexão sobre o tema.

Nos dois anos que passaram sobre estas duas iniciativas, muito aconteceu na sociedade portuguesa em relação à exclusão social. Julgo poder afirmar que foi atingido um grande objectivo de consciencialização dos cidadãos para a extensão do fenómeno, mas também para o facto de que ele exige um combate de geração e o empenhamento de toda a sociedade, aos diversos níveis.

Não digo isto com o intuito de legitimar qualquer atitude de demissão do Estado em relação à luta contra a pobreza e a exclusão. Pelo contrário, julgo que o conjunto de medidas que hoje estão no terreno e que desenvolvemos nos últimos dois anos, atestam a firme vontade política e o empenhamento deste governo com a coesão social, mesmo numa conjuntura financeira, necessariamente determinada pela contenção das despesas públicas.

Quero saudar todos aqueles, muitos dos quais aqui presentes, que pelo seu trabalho quotidiano, têm agido para que a sensibilização da sociedade para os proble-

* Ministro da Solidariedade e Segurança Social.

mas da pobreza e da exclusão se torne uma realidade. Têm agido para que estes problemas saiam do espaço limitado das salas onde se reúnem os especialistas. Têm agido para que a opinião pública reconheça os efeitos sociais do problema. Têm agido para que possamos todos sentir que a exclusão dos outros é um problema não apenas para os excluídos e, eventualmente, para as instituições públicas, mas é um problema para nós todos.

Esse problema começa por ser um sintoma de uma grande dificuldade da contemporaneidade. O nosso modelo de organização conseguiu gerar os recursos que permitem, em teoria, que todos tenham um nível minimamente aceitável de vida. Mas não consegui fazer com que todos o tenham. Tenho afirmado repetidas vezes que Portugal não é um país pobre, mas é um país com demasiados pobres.

Este facto, contudo, não resulta de uma fatalidade. Em parte é o efeito deferido no tempo de um modelo de organização económica e política que tendo-nos marcado durante décadas, deixou sinais muito para além do seu fim.

Nas sociedades contemporâneas, a melhor imunização contra a pobreza e a exclusão é a que resulta da conjunção de um sistema educativo eficaz, amplamente frequentado e funcionando com respeito pela igualdade de oportunidades, com a criação de oportunidades de empregos para todos, e com remunerações aceitáveis e com sistemas de protecção social desenvolvidos.

Ainda há muito pouco tempo estávamos significativamente mal nos três parâmetros. Apenas na última década se conseguiu melhorar significativamente os índices de frequência escolar, e há ainda muito a fazer para que tenhamos o sistema educativo que desejamos. Somos no contexto da União Europeia um país com baixos índices de produtividade e com níveis salariais modestos. Temos um sistema de protecção social que ainda não atingiu a maturidade e, começa já a correr os riscos de sustentabilidade financeira que as mudanças demográficas e sócio-económicas de fim de século induzem.

Neste contexto, exige-se dos responsáveis políticos que sejam prudentes e não apenas eficazes nas decisões que tomam. Como se exige que tenham princípios sólidos que orientem o modo como exercem os seus mandatos.

Da parte do nosso governo, é inequívoco que não somos um governo conformado. Temos agido nas três dimensões que melhor protegem a exclusão: e educação, a economia e o emprego, a protecção social.

No que diz respeito a esta última, duas grandes preocupações nos movem: melhorar os níveis de protecção; garantir a sustentabilidade futura do sistema, não cedendo a demagogias eleitorais ou visões de curto prazo que põem em causa o pacto de gerações em que reside o nosso modelo.

A criação o Rendimento Mínimo Garantido tem sido, de certa forma emblemático da nossa postura.

Somos firmes no reconhecimento de direitos sociais fundamentais e, pela primeira vez em Portugal, consagramos o direito de todos a nível mínimo de subsistência compatível com a dignidade humana, independentemente das suas histórias pessoais e trajectórias profissionais.

Mas fizêmo-lo conscientes de que só maximizaremos os resultados desta medida, mantendo-a acompanhada de duas cautelas básicas.

Em primeiro lugar, não vendo nela uma alternativa a toda a luta contra a exclusão, mas uma medida complementar das restantes, a articular com elas e que permite detectar novas necessidades de intervenção. O RMG (Rendimento Mínimo Garantido) não irradicará a pobreza, apenas as formas mais extremas e intoleráveis da pobreza. A melhoria dos restantes mecanismos de protecção social contra a pobreza e a exclusão, continua a ser uma prioridade também para que possamos combater eficazmente a pobreza. Como medida residual, a boa dimensão do RMG é a de uma medida com poucos beneficiários. Não é infelizmente, e caso o não será, certamente, durante muito tempo.

Em segundo lugar, vendo nela não apenas uma prestação pecuniária, mesmo se, só por isso, ela já valha a pena. Como sabem, no contexto europeu o nosso RMG, filia-se nas medidas que apostam na contratualização de programas de inserção. Ou seja, na criação de oportunidades aos cidadãos que materializam da parte destes a obrigação de agirem para a sua própria emancipação.

Se queremos autonomizar os indivíduos do RMG, o que nos move é um intuito de inserção, não é uma preocupação financeira, nem a culpabilização dos excluídos pela sua própria exclusão. Por isso, o nosso acordo de inserção parte de um acto negociado, e é uma componente tão encorajada na aplicação da medida.

Temos a experiência suficiente para saber que essa inserção não resultará, em muitos casos, simplesmente da mobilização das medidas pré-existentes e que, em

muitos outros não se finalizará, no curto prazo, no mercado de trabalho. Mas temos a obrigação de mobilizar todos os recursos — materiais e não materiais, públicos e do sector da solidariedade - para que a inserção se facilite.

A inserção é um desafio que tem uma componente política. Criámos novas medidas que a podem facilitar, activando a formação especial no sub-programa europeu INTEGRAR para os beneficiários; através do mercado social de emprego, criando o FAINA, (Fundo de Apoio à Inserção em Novas Actividades).

Exige ainda uma nova disponibilidade para trabalhar em parceria, no terreno. Criámos, pela primeira vez, uma rede nacional de parcerias que, nos poucos meses que leva de existência, já demonstrou a sua vitalidade e os efeitos positivos que pode ter sobre todas as políticas sociais e não apenas no RMG.

Mas a inserção é uma desafio sempre em aberto. Os problemas que a impedem mudam. As estratégias de intervenção têm que evoluir. O vosso seminário vai ser, tenho a certeza, um valioso contributo para que, nesta nova etapa do RMG, com a sua generalização, possamos ter no terreno uma prática à altura das nossa ambições.

O RMG é, em si mesmo, uma medida de reforma da segurança social. Exige dos profissionais e dos voluntários uma ruptura em práticas ou modos de agir. Só a inovação permitirá cumprir os seus ambiciosos objectivos. Depois deste seminário, todos estaremos em melhores condições para cumprir a nossa parte, para agir de um modo diferente entre cidadãos, procurando mais justiça social e novas oportunidades de inserção.